

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## A FORMAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL NO EXTREMO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA (TRIUNFO, SÉCULO XVIII)

Israel Aquino

PPG em História / UFRGS

[israel.aquino@ufrgs.br](mailto:israel.aquino@ufrgs.br)

Este trabalho se insere em minha pesquisa de doutoramento em História, atualmente em curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem como objeto o estudo das relações entre dinâmicas de sociabilidade em um contexto de Antigo Regime e a formação do espaço colonial no sul da América Portuguesa. O recorte desta pesquisa abrange o período de formação da freguesia sul-rio-grandense de Triunfo, constituída em meados do século XVIII em um cenário de expansão da fronteira agrária e ocupação territorial do Continente de São Pedro.

Entendo que o *espaço físico* no qual se formou aquela freguesia, mais do que servir de paisagem para as relações de hierarquia e sociabilidade que estavam se constituindo, contribuiu também para sua definição, ao mesmo tempo em que foi sendo transformado pelos agentes que por ali circulavam. Assim, compreendo o *locus* como um dos requisitos para a existência daquele corpo social e, enquanto tal, fator condicionante da trama que nele se desenvolvia, ao mesmo tempo em que era (re)formulado pelo funcionamento das dinâmicas internas àquela sociedade.

Para pensar essas relações, proponho-me a trabalhar com os preceitos da *Spatial History*, tomados a partir da percepção da necessidade de se compreender o espaço e a sua permanente relação, quer com o tempo, quer com o homem, como componente fundamental na análise histórica, além de dialogar com trabalhos e autores da Geografia Humana e Social brasileira, da Sociologia do Espaço e com algumas contribuições mais recentes no âmbito da Micro-História (*Micro-Spatial History*). Assim, esta pesquisa possui como proposta teórico-metodológica o emprego das tecnologias de informação geográfica (SIGs) como ferramentas para reconstituir o processo de formação socioterritorial daquela freguesia, a partir do georreferenciamento de um *corpus* que tem entre suas principais fontes a documentação referente às concessões de terras na região

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(cartas de datas e sesmarias), bem como os processos de medição e demarcação judicial de terras e os inventários post-mortem disponíveis.

A pesquisa encontra-se em seu estágio inicial, tendo sido prejudicada pelo fechamento das instituições de arquivo no município de Porto Alegre em função da atual crise sanitária; deste modo, este texto busca apresentar, em linhas gerais, parte do *corpus* selecionado e alguns *insights* iniciais, estando sujeito a revisões e reformulações futuras.

## **Locus da pesquisa: a freguesia ‘nova’ de Triunfo**

O surgimento da povoação de Triunfo, em meados do século XVIII, parece estar relacionado à posição estratégica onde se situava seu sítio, junto à confluência dos rios Jacuí e Taquari. Essa localidade, distante cerca de 63 quilômetros a lés-nordeste da Fortaleza de Jesus, Maria, José do Rio Pardo, configurava-se como importante passagem para as tropas e funcionários da Coroa Lusa envolvidos, então, na demarcação de terras decorrentes do *Tratado de Limites*, também chamado Tratado de Madrid (1750), e mais tarde nos conflitos ocasionados pelo fracasso deste. Além disso, a ocupação da região situada a norte do Rio Ibicuí por súditos da Coroa Portuguesa configurava-se como tarefa prioritária, a fim de garantir o princípio do *uti possidetis*<sup>1</sup>, preceito norteador do acordo recém firmado entre as coroas ibéricas.

Na cartografia do período setecentista, a localidade que mais tarde se tornaria a sede da nascente freguesia aparece referida como “Forquilha”, referência ao ponto de junção entre os rios citados, e mais tarde como “Freguesia Nova”. Esta denominação, segundo Rubert (1994, p. 76), teria sido adotada pelos locais em referência à recente emancipação da freguesia de Viamão (que seria a freguesia “velha”). Já a ampla região situada ao sul do rio Jacuí, costeando a Laguna dos Patos até a altura da foz do Camaquã, aparece frequentemente referida como “*Terra dos Tapes*”<sup>2</sup>, em referência a ocupação indígena daqueles territórios. Essa denominação, aliás, ainda aparece em plantas do último quartel do século XVIII, indicando como a presença indígena foi uma constante, coexistindo com a ocupação da região por portugueses, ilhéus e paulistas, entre outros.

---

<sup>1</sup> *Uti possidetis iuris* é um princípio do direito internacional segundo o qual o direito à terra está vinculado à posse factual da mesma, e que foi adotado pelas coroas ibéricas no Tratado de Limites de 1750.

<sup>2</sup> Em mapas de meados do século XVIII identificamos a denominação “*Terra dos Tapes*”. Em que pese as imprecisões e particularidades inerentes às representações cartográficas, é possível identificar a clara intenção de indicar a presença destas populações indígenas na região.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O início da ocupação portuguesa se deu mediante a concessão realizada pelo governador Gomes Freire, em 1754, de duas sesmarias aos concunhados Manoel Gonçalves Meirelles e Francisco da Silva, ambos casados com filhas do potentado senhor Jerônimo de Ornellas Vasconcelos de Menezes, um dos precursores da povoação do Continente de São Pedro. Por ocasião da concessão da sesmaria da “Piedade”, em 1754, situada justamente na região da ‘Forquilha’ dos rios Taquari e Jacuí (a época referidos como Tibiquary e Guahyva, respectivamente), ficou obrigado Manoel Gonçalves de Meirelles a reservar meia légua quadrada “*para o rocio da freguesia e povoação*” (RUBERT, 1994, p. 76), obrigação que somente seria cumprida por sua sucessão, já no século XIX (ALMEIDA, 1931, p. 18-19). A matriz de Nosso Senhor Bom Jesus foi instalada por determinação de portaria do bispo do Rio de Janeiro Dom Francisco Antônio do Desterro, de 04 de setembro de 1756 (RUBERT, 1994, p. 76). O padre português Thomas Clarque, primeiro pároco, ficou responsável pela organização da terceira freguesia do Continente. Segundo Rubert, a freguesia “*estendia-se desde a Serra Geral numa distância de sete léguas até a serra do Herval no Rio Camaquã*” (Idem).

Esse território de configurações amplas, e um tanto imprecisas, passou a receber fluxos maiores de súditos lusitanos já nos primeiros anos de sua ocupação. Se na cartografia da década de 1750 e 1760 é possível notar uma concentração de propriedades ao norte do Jacuí, no último quartel do século XVIII é possível perceber um aumento no número de estâncias ao sul do rio, situadas principalmente ao largo da Laguna dos Patos, mas também costeando o Arroio dos Ratos, na região central do Continente. Adir de Sá (1947) identifica, no final do século XVIII, cerca de 20 propriedades sediadas às margens da Laguna, demonstrando o avanço da colonização lusa sobre o território indígena, enquanto Alvim (2012, p. 22) faz notar a chegada das primeiras famílias de colonos das Ilhas à região da Tranqueira de Santo Amaro, incorporada ao território da freguesia em 1761. Estes casais acompanharam a instalação de armazéns de abastecimento do exército de Gomes Freire, envolvido, então, no processo de demarcação de terras nas missões.

Se antes da ocupação pelos súditos da Coroa Portuguesa essa região era pontilhada por populações originárias, junto com os novos povoadores viriam numerosos cativos de origem africana ou afrodescendente. O Rol de Confessados produzido pelo pároco Thomas Clarque para o ano de 1758 indica a existência de, pelo menos, 155 escravos e

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

escravas na região (sendo 110 na sede e 45 na Tranqueira), podendo este número ser maior. Isso correspondia a 30,6% da população anotada para aquele ano, de 507 almas ao todo. Já o mapa populacional da capitania do ano de 1798 mostra um total de 1094 escravos em Triunfo, correspondendo a 38,2% da população total da freguesia. Em que pese o fato destes números poderem ter sido subestimados, essa expressiva presença cativa converge com dados identificados para outras regiões do Continente, como Viamão, em meados do século XVIII (KUHN, 2006; AQUINO, 2019) ou Alegrete, no início do século seguinte (FARINATTI, 2011). O expressivo aumento da população escrava no período - superior a 1100% em 40 anos<sup>3</sup>, considerando os dados disponíveis - também é um indicativo importante da ampla inserção da mão-de-obra cativa no contexto socioeconômico da região.

A população ameríndia, por outro, continuou sendo uma presença constante na região, mesmo após a ocupação europeia da freguesia. Isso pode ser depreendido da documentação paroquial, especialmente quando olhamos para o primeiro livro de batismos de “Índios, pardos e pretos” produzido para o padre Clarke nas primeiras décadas da ocupação. Aí é possível perceber a presença desse componente demográfico, inclusive através de uniões mistas entre indígenas e escravizados ou forros da região. Por outro lado, percebemos um apagamento dessa população em outras tipologias documentais do período, em especial na esparsa documentação de caráter demográfico e judicial produzida no século XVIII, o que constitui de saída um desafio colocado para a presente pesquisa: identificar a inserção do componente indígena nas dinâmicas de formação do território, superando o apagamento dessa população em algumas fontes.

Do encontro destes grupos diversos emergia uma estrutura social complexa que buscava mimetizar características da sociedade metropolitana, ao mesmo tempo em que era atravessada por características que a particularizavam - como a escravidão, por exemplo. Se estabelecendo sobre uma noção de 'bem comum', a sociedade que se forjava no extremo sul da América Lusa se assentava em práticas costumeiras, como a distribuição de cargos e privilégios, a construção de alianças familiares e clientelistas, e em um exercício constante de diferenciação social. O objetivo deste projeto é, justamente,

---

<sup>3</sup> Para fins de comparação, o acréscimo populacional para os outros segmentos sociais, considerados em seu conjunto, foi de 823% no mesmo período, passando de 352 para 2897 almas, de acordo com as mesmas fontes.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

descortinar como se dava a relação entre essas sociabilidades locais e a apropriação e formação do território, buscando assim evidenciar como um interferia no outro.

## ***Spatial History*: o espaço como *player* na pesquisa histórica**

Nossa proposta metodológica visa estabelecer um diálogo interdisciplinar entre elementos da História Social e os pressupostos da *Spatial History*, propondo o uso articulado dos chamados Sistemas de Informação Geográfica com conceitos que permitam problematizar a formação do território do Continente enquanto uma construção social.

A chamada *Spatial History* é um campo da pesquisa histórica que entende a necessidade de se compreender “*o espaço e a sua permanente relação, quer com o tempo, quer com o homem, como componente fundamental na análise histórica*” (PINTO, 2012, p. 7). Influenciada pelos estudos de historiadores como Fernand Braudel e Pierre Chaunu, além de receber contribuições importantes de outras áreas, a exemplo dos trabalhos do sociólogo Henri Lefebvre, essa abordagem historiográfica têm privilegiado a aproximação da História com estudos da área da Geografia Humana e Social, resgatando o espaço e suas múltiplas configurações como um problema histórico, tal como originalmente proposto pela *geohistoire* braudeliana.

É preciso, no entanto, compreender essa abordagem da História em função do espaço para além da mera utilização de mapas e análises cartográficas. A proposta consiste, antes, em mapear os fenômenos históricos, utilizando como *layers* os contextos políticos, econômicos e sociais dentro de um determinado recorte espacial. Dessa forma, reformula-se a compreensão do espaço, que passa a ser visto como um objeto socialmente produzido, adquirindo um papel a cumprir na construção e transformação da própria sociedade (PINTO, 2012, p. 8).

Essa abordagem tomou novo impulso a partir do desenvolvimento das tecnologias informáticas, especialmente a partir dos anos de 1990, com o avanço das tecnologias de georreferenciamento dos chamados *Geographic Information System* (GIS). Um GIS consiste, basicamente, em um conjunto de sistemas informáticos (*software*) que permitem a criação, manipulação, análise e representação gráfica de dados espacialmente referenciados a um sistema de coordenadas. A partir da apropriação de ferramentas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conceituais oriundas da geografia e da utilização dos sistemas de informação geográfica em estudos históricos, cunha-se o termo *Historical GIS* (HGIS), ou SIG Histórico.

O HGIS parte do pressuposto de que as fontes tradicionais utilizadas pelo historiador em seu ofício contêm, frequentemente, informações de caráter espacial que permitem sua georreferenciação, possibilitando pensar os acontecimentos históricos não apenas a partir de sua localização no tempo, mas também a partir de sua inserção em um determinado espaço. Nesse sentido, conforme apontam Torget e Wilson, a representação gráfica da dimensão espacial incorporada a conjuntos de dados históricos é uma abordagem que pode ajudar os estudiosos a analisar e compreender melhor o que suas fontes têm a lhes dizer (TORGET & WILSON, 2010, p. 3)..

Desta forma, apropriar as técnicas da cartografia digital ao trabalho do historiador implica em “*atribuir lugares na superfície terrestre para as informações históricas*”, de modo que o pesquisador possa produzir seus próprios mapas a partir de informações de suas fontes, conforme aponta Tiago Gil (2013, p. 57). Assim, a partir da agregação da informação histórica a um plano cartográfico, tem-se a produção de uma nova informação, o que podemos chamar de uma *metafonte*<sup>4</sup>, a partir da qual o historiador poderá fazer inferências e lançar novos questionamentos a respeito de seu objeto de pesquisa (GRAVA, 2011, p. 59).

Para a execução desta tarefa, o pesquisador deve recorrer a softwares específicos, capazes de agregar as informações de caráter geográfico para produzir os seus mapas. Estes são os Sistemas de Informação Geográfica (GIS)<sup>5</sup>, já referidos acima, programas que possuem a capacidade de agregar várias camadas de informação (*layers*), permitindo realizar o cruzamento de mapas com bancos de dados, imagens de satélite, entre outras informações. Conforme aponta Tiago Gil (2013, p. 63), esse processo permite “*passar a cartografia do papel para o computador*”, possibilitando ao pesquisador inovar no tratamento de seus dados e lançar novas questões para o seu *corpus* de pesquisa.

---

<sup>4</sup> Conforme Gil et. al. (2019, p. 23), o conceito de metafonte refere-se precisamente à produção de novas fontes “imateriais”. Estas, produzidas graças ao suporte de um computador, não consistem simplesmente na transposição de documentos do “analógico” para o “digital”; são, antes, o resultado da construção de um novo documento.

<sup>5</sup> Existem diversas opções de softwares de georreferenciamento disponíveis no mercado. Entre os principais, podemos citar o pacote ArcGIS (<https://www.arcgis.com/index.html>), que é um dos software proprietários mais difundidos nesse campo, e o QGIS ([https://www.qgis.org/pt\\_BR/site/](https://www.qgis.org/pt_BR/site/)) alternativa de código aberto que adotamos na presente pesquisa.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Evidentemente, a adoção desta abordagem inspira cuidados, tanto quanto denota possibilidades. Conforme aponta Gil, uma das principais questões levantadas pela apropriação das ferramentas de georreferenciamento aos estudos históricos é justamente o desafio de compatibilizar as variáveis envolvidas:

A inclusão da variável “tempo” a um lugar no espaço não é tarefa fácil. Ou mesmo a inclusão da variável “espaço” a um lugar ou processo no tempo. Para viabilizar isso tudo, é preciso cruzar todas estas informações de toponímia com as fontes históricas, não apenas mapas históricos, como muitos gostam de relacionar com a cartografia digital em história, mas igualmente com documentos textuais, dados de patrimônio histórico e registros arqueológicos. (GIL, 2013, p. 67)

Assim, conforme prossegue Gil, é mister a atenção do historiador para o processo de *tradução* que se opera ao transpor processos históricos de diferentes períodos para uma “*linguagem geográfica contemporânea*” (Idem), inclusive como tentativa de evitar cair em anacronismos - embora esse risco, obviamente, não seja exclusivo da abordagem aqui proposta.

## **Breve descrição e crítica do *corpus***

Para tentar reconstituir o processo de ocupação e configuração do espaço físico de Triunfo, pretendo trabalhar com as cartas de concessão de datas e sesmarias, documentação que a meu ver possui um caráter privilegiado para esse fim, pois além de trazer informações básicas a respeito da localização e confrontações das concessões, dizia muito a respeito da relação entre os súditos da Coroa e a administração colonial, dentro do sistema de mercês que então operava. Mas para além destas cartas, penso que outras fontes documentais poderão contribuir para este trabalho, dentre as quais destaco os processos de medição, os inventários e a documentação de caráter demográfico (relações de moradores e róis de confessados, das quais temos alguns poucos exemplares para a região no período).

Estes documentos, para além de trazer informações a respeito do processo de ocupação da freguesia, também depõe a respeito das relações diversas que eram firmadas por aquela sociedade, respondendo a uma das preocupações centrais do meu problema de pesquisa. Desta forma, penso que trabalhar com esta documentação de forma articulada permitirá avançar no conhecimento a respeito das dinâmicas que presidiram a conformação social e territorial daquela comunidade.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O levantamento documental para a região encontra-se em andamento, mas as primeiras impressões indicam uma amostragem restrita de fontes específicas sobre sua ocupação territorial - nomeadamente cartas de datas e sesmarias, além dos processos de demarcação (medição) de terras. Até o momento, considerando as limitações impostas pelo trabalho de arquivo e acesso às fontes documentais em um ano de pandemia, consegui identificar o seguinte montante para o recorte entre 1754 e 1808:

| <b>Tipologia Documental</b> | <b>Número de fontes encontradas</b> |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| Inventários Post-Mortem     | 45                                  |
| Processos de Medição        | 32                                  |
| Registros de Datas          | 87 <sup>6</sup>                     |
| Registros de Sesmarias      | 40                                  |

Tabela 1 - Levantamento documental parcial para freguesia de Triunfo<sup>7</sup>

Trago estes números parciais pois é a partir deles que busco construir minha hipótese inicial de trabalho, qual seja, a de que a precariedade das condições materiais dos novos assentamentos na fronteira do Rio Pardo, bem como a distância em relação às instâncias administrativas, podem ter contribuído para que a ocupação da região de Triunfo durante a segunda metade do século XVIII tenha se dado à margem de certos ditames legais, notoriamente a legislação sesmarial, e em grande parte regulada pelas sociabilidades locais.

É possível perceber isso pelo número reduzido de registros remanescentes da ocupação da região, sejam cartas de data ou sesmaria, e mesmo pelo número reduzido de inventários disponíveis - embora o levantamento ainda esteja sendo realizado. Uma das questões que chamou minha atenção foi a ausência quase total de processos para a localidade da Tranqueira de Santo Amaro, região majoritariamente povoada por casais açorianos mobilizados pelo Edital Real de 1747. Claro, a ausência destes processo também pode estar relacionada às precárias condições materiais destas gentes, postos que essas famílias de origem açoriana constituíam, em essência, uma massa empobrecida, especialmente nos primeiros anos após sua chegada ao Rio Grande, quando ainda sofriam

---

<sup>6</sup> Considerando, além da sede, também a “Tranqueira” de Santo Amaro e o povoado de Taquari, vinculados a Triunfo no período inicial da ocupação, e que posteriormente dariam origem à novas freguesias.

<sup>7</sup> Levantamento documental realizado no acervo físico e online do APERS e do AHRS, até julho de 2021, mas também a partir de obras publicadas, especialmente na Revista do AHRS (1921) e na obra de Barroso (2002).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

com a dificuldade no acesso à terra e com a demora no cumprimento das condições propostas pelo Edital que promoveu sua migração.

Estas limitações, na verdade, contribuem para pensarmos hipóteses a respeito de como ocorreu o processo de ocupação territorial na região, bem como se colocavam as relações de sociabilidade entre os moradores locais, e também entre estes e a administração colonial. Nesse caso, a falta de fontes pode ser uma pista valiosa, embora não torne o trabalho mais fácil.

Para além da questão da precariedade material da freguesia no momento de sua ocupação, e de um eventual extravio de alguns acervos, a ausência de documentação para o recorte proposto pode sugerir que o processo de ocupação e apropriação das terras da região pode ter se dado, como mencionado, à margem de certos ditames legais impostos pela metrópole, que buscavam regular tanto a ocupação do território como a posse da terra para a Coroa Portuguesa. Podemos listar algumas pistas iniciais que apontam nessa direção: primeiro, o ato de demarcação do rocio da freguesia, previsto na carta de concessão da sesmaria do precursor Manoel Gonçalves de Meirelles em 1754, só foi ocorrer no século seguinte, já em 1820, portanto mais de 60 anos após a constituição da sede (ALMEIDA, 1931; RUBERT, 1994). Outro ponto diz respeito ao número restrito de cartas remanescentes das concessões de terras no período estudado. O número de cartas de sesmarias que localizamos, quarenta até o momento, se aproxima do estudo de Adir de Sá e José de Araújo Fabrício, publicado na Revista do IHGRGS em 1947 (FABRÍCIO, 1947), que identificou 49 sesmarias na região, pertencentes a um total de 46 sesmeiros.

Esse número pode ser considerado pequeno, quando levamos em conta as dimensões alargadas de Triunfo neste momento, uma freguesia predominante rural delimitada, grosso modo, pelos distantes rios Jacuí e Camaquã, pela Laguna dos Patos e pelos limites incertos da Fronteira do Rio Pardo. Parece-nos estranha a concessão de pouco mais de uma centena de datas e sesmarias, ainda mais quando consideramos que as datas concedidas aos casais açorianos estavam majoritariamente concentradas na região de Taquari e da Tranqueira de Santo Amaro, região à beira do Rio Jacuí que ficava a meio do caminho entre a sede da Freguesia e a Fortaleza de Rio Pardo (as datas localizadas nestas localidades respondem por quase 90% das cartas levantadas até o momento).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Estas impressões iniciais concordam, a nosso ver, com nossa hipótese inicial, indicando que as dinâmicas de acesso e ocupação de terras na região podem ter sido governadas pela regularidade das sociabilidades locais e por normas ditadas pelo costume e reciprocidade, ficando talvez fora do alcance - e do controle - da administração colonial. Mas, para confirmar esta hipótese, teremos que avançar no cotejamento de nossas fontes, além de somar ao levantamento já realizado outras tipologias documentais que permitam confirmar - ou não - as impressões levantadas aqui.

Uma das possibilidades que aventamos para avançar nesta investigação é o trabalho com as listas e róis da região, que poderia nos dar uma pista a respeito dos arrendamentos e casos de coabitação nos fogos da freguesia - embora essa possibilidade seja limitada pela disponibilidade limitada dessas fontes. Para o século XVIII, temos o registro do Rol de 1758, único remanescente que encontramos até o momento, além da Relação de Moradores de 1784, que traz informações a respeito dos proprietários de terras e gados do Continente.

Essa relação já foi trabalhada por Helen Osório em sua tese de doutorado, e pode trazer outra pista importante sobre o processo de distribuição de terras na região. Conforme aponta a autora, a Relação de 1784 permite identificar que 59% das concessões de terras na região de Triunfo correspondiam a “despachos” do governador José Marcelino de Figueiredo, liderança política e militar que atuou no Rio Grande de São Pedro durante as décadas de 1760 e 1770, desempenhando importante papel no enfrentamento contra os exércitos espanhóis - e, aparentemente, também no processo de ocupação e povoamento do Rio Grande neste período.

Ainda não tivemos a oportunidade de trabalhar com a referida Relação, mas esse número, a nosso ver, reforça nossa hipótese inicial de que a ocupação e apropriação das terras de Triunfo possa ter sido influenciada pelas relações de sociabilidade e interdependência locais - embora estes despachos pudessem ser considerados como parte de uma política institucional, eles não estavam previstos no sistema legal que ordenava a concessão de sesmarias ou datas. Evidencia-se, neste caso, o papel cumprido pelo governador José Marcelino e pelos comandantes militares a eles subordinados, bem como fica reforçada a ideia de uma apropriação regional do direito comum que se sobrepunha às normas mais gerais.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Finalmente, temos os processos judiciais de medição de terras (demarcações), ações previstas na legislação sesmarial como etapa obrigatória para a confirmação da mercê concedida. Estes processos possuíam uma série de custos, os quais corriam por conta do interessado e não estavam ao alcance de todos, de modo que nem sempre se cumpria o previsto na legislação régia.

Conforme indica Zuanazzi (2020), esta é uma fonte valiosa por possibilitar a apreensão “*de estratégias utilizadas para garantir a posse da terra e elementos relacionados à cultura jurídica da época (...), [as] relações de poder e de conflito (...), [os] ritmos de ocupação do território*” além de nos permitir “[*re]construir um perfil daqueles que solicitaram as medições*” (ZUANAZZI, 2020, p. 31). Por outro lado, para além do custos e dificuldades envolvidas, Zuanazzi indica que outros fatores poderiam concorrer para que o processo de demarcação não ocorresse: as dificuldades da administração local em aplicar as ordens reais, as possibilidades de conflito entre vizinhos abertas pela demarcação de limites e, especialmente, a possível falta de interesse dos sesmeiros em demarcar sua propriedade, tendo em vista que a não demarcação poderia ser vista como uma estratégia para uma possível tentativa de expansão das posses do sesmeiro sobre as terras lindeiras (Idem, p. 37). Permanece aqui, portanto, a ideia de que as relações de sociabilidade e poder acabavam também por presidir esse instituto, se justapondo à lógica prevista pela legislação da Coroa.

Os processos de demarcação foram as fontes com que tive menos contato até o momento, tendo identificado para a região de Triunfo uns poucos exemplares, mas esse levantamento também está em andamento. Todavia, esta parece ser uma fonte que contém informações bastante ricas, contando alguns dos processos, inclusive, com a apresentação de plantas detalhando as terras demarcadas. Assim, acreditamos que a articulação desta fonte às demais poderá enriquecer a análise proposta em nossa pesquisa, ainda que a amostragem de processos disponíveis seja limitada

### **Considerações preliminares: potencialidades e desafios da pesquisa**

A presente pesquisa encontra-se em um estágio bastante incipiente, tendo tido até o momento poucas oportunidades de contato com as fontes do meu corpus em função do fechamento das instituições de arquivo. Por essa razão, inclusive, entendi não ser

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apropriado ter um fechamento nesse trabalho que tivesse o título de “conclusões”, “considerações finais” ou algo parecido.

Enquanto a pesquisa não avança, entretanto, penso ser possível trazer algumas considerações iniciais que apontam para os desafios e potencialidades colocadas pelo projeto. A primeira diz respeito ao caráter plural, embora lacunar, das fontes disponíveis. Nosso levantamento preliminar indica um percentual de ao menos 25% de indivíduos que possuíam terras na região sem o título correspondente, o que por si é uma pista de como se deu o processo de ocupação da freguesia. Pesa também o apagamento de certos grupos nestas fontes, que embora seja sabido que estavam presentes, e possivelmente participavam, de alguma forma, do processo de apropriação do território, não aparecem nas cartas de data ou sesmarias, tampouco legaram inventários para a posteridade. Entram aqui as populações ameríndias e os indivíduos escravizados da região, mas também uma massa de camponeses empobrecidos, açorianos sobretudo, para os quais restaram poucos ou nenhum registro nas fontes judiciais (embora para os imigrantes açorianos, em sua maioria, existam as cartas de data).

Esse fator reforça a necessidade de avançar na pesquisa através do cruzamento intensivo das fontes disponíveis. O rol de confessados do ano de 1758, por exemplo, dá uma boa ideia da presença de indivíduos escravizados no momento da formação de Triunfo, embora não tenhamos encontrado outros exemplares para os anos seguintes. A documentação eclesiástica também constitui acervo importante nesse sentido, e está incluída em nosso corpus, embora não tenha sido possível dar conta dela no presente trabalho<sup>8</sup>. A partir da transcrição dos primeiros livros de batismo, por exemplo, pudemos confirmar a presença de populações indígenas na região, inclusive constituindo famílias mistas com escravizados e forros e trabalhando como agregados nas estâncias locais. Essa gente, contudo, é frequentemente omitida em outras fontes primárias, como no Rol de 1758, por exemplo. Qual teria sido seu papel nas dinâmicas de apropriação daquele território, então? O que predominava nas relações com os outros componentes

---

<sup>8</sup> Os livros de batismos, casamentos e óbitos de Triunfo estão em processo de inserção no banco de dados do NACAOB, sistema desenvolvido no âmbito do projeto “Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América”, coordenado nacionalmente pela professora Ana Sílvia Scott, do qual participo atualmente. Assim, os registros inseridos neste banco de dados constituem parte do *corpus* documental a ser mobilizado para esta pesquisa..

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

demográficos que estavam ali se estabelecendo, a colaboração ou o conflito? Essas são algumas questões que esperamos poder responder à medida que avançarmos no cotejamento de nosso corpus documental.

Outro fator a se ponderar é a forma como as fontes da época apresentam a informação sobre o território que estava sendo apropriado; muitas vezes incompletas ou imprecisas, as confrontações apresentadas nas cartas e processos de inventário representam um desafio para o historiador do presente, trazendo ainda toponímicos que podem ter caído em desuso com o tempo. Disso decorre a necessidade de desenvolver o que Tiago Gil chama de ‘erudição toponímica’, ou seja, a capacidade de reconhecer e localizar os lugares a partir de seus nomes no passado (GIL, 2014, p. 189). Isso porque, como prática própria da apropriação e ressignificação que fazemos do espaço à nossa volta, um dos elementos que tendem a mudar com o tempo é o nome dos lugares. Assim, ao propor trabalhar com a produção do espaço geográfico do Continente de São Pedro no período de sua formação, um dos primeiros desafios a enfrentar é, justamente, a identificação dos rincões, sítios, cerros, estradas, riachos, enfim, dos locais que são citados nas fontes - tarefa para a qual o cruzamento documental também se faz necessário.

Assim, embora ainda exista muito a ser feito, nos parece que este projeto poderá contribuir para o avanço da compreensão a respeito da constituição socioterritorial do Rio Grande em seu período de formação. O objetivo da presente comunicação, nesse sentido, foi muito mais de levantar questões e possibilidades, posto que nossos resultados são ainda muito incipientes. Consideramos que a problemática e recorte propostos podem contribuir para o aprofundamento da compreensão da sociedade colonial em suas múltiplas dinâmicas, trazendo para o debate elementos ainda não explorados pela historiografia regional. Refletir sobre como se deu a formação e institucionalização do espaço físico daquela freguesia pode ser uma maneira, dentre outras, de avançar na compreensão da sociedade ali estabelecida e das formas de apropriação e constituição daquele lugar no tempo.

### **Referências:**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Synopse das concessões de Sesmarias organizada de acordo com os registros authenticos, constantes

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de livros diversos, arquivados nesta Repartição. **Revista do Archivo Histórico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 1 a 4, 1921.

ALMEIDA, Marino Josetti de. **O Município de Triumpho**. Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931.

ALVIM, Alexandra Lis. **Das ilhas ao continente**: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774). Porto Alegre: UFRGS - Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/66954>>. Acesso em 24/06/2021.

AQUINO, Israel da Silva. **Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social** (Viamão, 1747 - 1773). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/197335>>. Acesso em 24/06/2021.

BARROSO, Véra Lucia Maciel, BROCHADO, Suzana S. & TASSONI, Tatiani de Souza. Açorianos, proprietários de terras no Rio Grande do Sul 1770-1800 (Documentos Interessantes do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - códices F1229, F1230, F1231). In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

FARINATTI, Luís Augusto. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na Fronteira Meridional (1817-1844): Primeiras notas de pesquisa. **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/farinatti%20luiz%20augusto%20ebeling.pdf>>. Acesso em 24/06/2021.

GIL, Tiago Luis. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. In: SILVA, Marilda Santana; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **História, arquivos e mídias**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**digitais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 57-73, 2013.

GIL, Tiago Luis. Recuperando o terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial. **Locus**, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/index.php/locus/article/view/20756>>. Acesso em 24/06/2021.

GIL, Tiago Luis; GRAVA, Massimiliano; GABELLIERE, Nicola; MALULY, Vinicius. L'uso degli applicativi HGIS-WebGIS nella ricerca geo-storica. **AIUCD**, Udine, 2019. p. 23-26.

GRAVA, Massimiliano. **Fonti cartografiche di Toscana e Catalogna di età Moderna e Contemporanea**. Ricostruire con il GIS, comunicare con WebGIS. Girona: Universitat di Girona - Doctorat en Ciències Humanes i de la Cultura (Tese de Doutorado), 2011. Disponível em: <<http://amsdottorato.unibo.it/3327/>>. Acesso em 24/06/2021.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006\\_KUHN\\_Fabio-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf)>. Acesso em 24/06/2021.

PINTO, Sara Maria Costa. **A Companhia de Simón Ruiz: Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI**. Porto: Universidade do Porto (Tese de Doutorado), 2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/74292>>. Acesso em 24/06/2021.

RUBERT, Arlindo. **História da igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

TORGET, Andrew J.; WILSON, James W. **Visualizing the past: tools and techniques for understanding historical processes**. White Paper for the National Endowment for the Humanities, Virginia: University of Richmond, 2010. Disponível em: <<http://hcommons.org/deposits/item/hc:11899/>>. Acesso em 24/06/2021.

ZUANAZZI, Giovane Dutra. **Medições e demarcações judiciais no Rio Grande de São Pedro: um estudo sobre as relações de propriedade da terra (1768 - 1822)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), UFRGS, Porto Alegre, 2019.